



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

| 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO | | | |
|---|------------------|----------------------------------|---|
| Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental | Núm. do Processo | Data Formalização | Unidade do SISEMA responsável pelo processo |
| Intervenção Ambiental COM AAF | 09040000100/19 | 24/04/2019 11:27:15 | NUCLEO SÃO JOÃO DEL REI |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | |
| 2.1 Nome: 00319090-7 / EDUARDO CAVALIERI GUIMARÃES AREA ME | | 2.2 CPF/CNPJ: 21.339.127/0001-00 | |
| 2.3 Endereço: FAZENDA COQUEIROS, 0 | | 2.4 Bairro: ZONA RURAL | |
| 2.5 Município: NAZARENO | | 2.6 UF: MG | 2.7 CEP: 36.370-000 |
| 2.8 Telefone(s): | | 2.9 E-mail: | |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | | |
| 3.1 Nome: 00021303-3 / EDUARDO CAVALIERI GUIMARÃES | | 3.2 CPF/CNPJ: 862.215.666-49 | |
| 3.3 Endereço: PRAÇA NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, 187 | | 3.4 Bairro: CENTRO | |
| 3.5 Município: NAZARENO | | 3.6 UF: MG | 3.7 CEP: 36.370-000 |
| 3.8 Telefone(s): | | 3.9 E-mail: | |
| 4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL | | | |
| 4.1 Denominação: Fazenda Coqueiros | | 4.2 Área Total (ha): 156,1670 | |
| 4.3 Município/Distrito: NAZARENO | | 4.4 INCRA (CCIR): | |
| 4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 47127 | | Livro: 2 | Folha: Comarca: SAO JOAO DEL REI |
| 4.6 Coordenada Plana (UTM) | X(6): 538.211 | Datum: SIRGAS 2000 | |
| | Y(7): 7.667.849 | Fuso: 23K | |
| 5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL | | | |
| 5.1 Bacia hidrográfica: rio Grande | | | |
| 5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11) | | | |
| 5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11). | | | |
| 5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11). | | | |
| 5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 26,45% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa. | | | |
| 5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11) | | | |
| 5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel | | | Área (ha) |
| Mata Atlântica | | | 156,1670 |
| Total | | | 156,1670 |
| 5.8 Uso do solo do imóvel | | | Área (ha) |
| Nativa - sem exploração econômica | | | 12,3364 |
| Infra-estrutura | | | 4,2407 |
| Pecuária | | | 121,3116 |
| Outros | | | 1,8137 |
| Agricultura | | | 16,4646 |
| Total | | | 156,1670 |

| | | | | |
|---|----------------------|-------------------|-------------------------------|------------------|
| 5.9 Regularização da Reserva Legal – RL | | | | |
| 5.10 Área de Preservação Permanente (APP) | | | | Área (ha) |
| 5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa | | | | 3,0974 |
| 5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado | | Agrosilvipastoril | | 23,9503 |
| | | Outro: | | 0,0000 |
| 6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| Tipo de Intervenção REQUERIDA | | | Quantidade | Unidade |
| Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa | | | 0,1103 | ha |
| Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | Quantidade | Unidade |
| Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa | | | 0,1103 | ha |
| 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| 7.1 Bioma/Transição entre biomas | | | | Área (ha) |
| Mata Atlântica | | | | 0,1103 |
| 7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias | | | | Área (ha) |
| Outro - trilha sob dossel | | | | 0,1103 |
| 8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| 8.1 Tipo de Intervenção | Datum | Fuso | Coordenada Plana (UTM) | |
| | | | X(6) | Y(7) |
| Intervenção em APP SEM supressão de vegetação n | SIRGAS 2000 | 23K | 538.211 | 7.667.849 |
| 9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA | | | | |
| 9.1 Uso proposto | Especificação | | | Área (ha) |
| Mineração | extração de areia | | | 0,1103 |
| Total | | | | 0,1103 |
| 10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| 10.1 Produto/Subproduto | Especificação | | Qtde | Unidade |
| 10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção) | | | | |
| 10.2.1 Número de fornos da Carvoaria: | 10.2.2 Diâmetro(m): | 10.2.3 Altura(m): | | |
| 10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar): | | | (dias) | |
| 10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc): | | | | |
| 10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc): | | | | |

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Vulnerabilidade baixa.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS**1. Histórico:**

Data da formalização: 24/04/19

Data da vistoria: 10/05/19

Data da emissão do parecer técnico: 14/05/19

2. Objetivo:

É objeto desse parecer a análise da solicitação para intervenção em área de preservação permanente sem supressão de vegetação nativa em uma área correspondente a 0,1103 ha, necessária para a atividade de extração de areia.

3. Caracterização do empreendimento:

O imóvel denominado Fazenda Coqueiros, localizado no Município de Nazareno - MG possui uma área total de 156,1670ha. A propriedade apresenta topografia plana a levemente ondulada e é banhada pelo Rio das Mortes, de onde o material será extraído. O material dragado será depositado em bancas que estarão locadas fora da APP – Área de Preservação Permanente, em área de pastagem. O efluente gerado (água com elevada turbidez) será direcionada para bacia de decantação / caixa de sedimentação, tricompartimentada, que deverá ser dimensionada para atender os padrões de condição de lançamento, segundo a resolução CONAMA nº 430/2011 e Deliberação conjunta COPAM/CERH nº 01/2008, antes do retorno ao curso d'água, conforme apresentado no projeto. A dragagem será feita por bombas de sucção instaladas sobre flutuadores e estas acopladas às tubulações que transportam a polpa até a área de deposição (bancas/depósitos), permanecendo ali em forma de pilhas, até que seja efetuado o enchimento dos caminhões para transporte.

4. Das áreas de Preservação Permanente:

A propriedade possui em sua totalidade 27,0477ha de APP. A área para recomposição obrigatória de 4,5490ha, dividida em 7 fragmentos, de acordo com a Lei Estadual 20.922/13, já se encontra isolada e a vegetação já se encontra com regeneração incipiente.

5. Da Reserva Legal:

O empreendimento possui 20% da sua área como Reserva Legal, distribuíbuida nas matrículas, nº12100, nº47127 e nº41389, conforme inscrição no CAR - Cadastro Ambiental Rural. A matrícula nº 47127, objeto deste parecer, possui Reserva Legal demarcada, com área de 6,3115 ha, caracterizada com vegetação nativa de floresta estacional semidecidual nas fases inicial e média de desenvolvimento.

6. Das informações do SIAM, DNPM, IDE etc:

Foi observada a existência de DAIA nº 0035914-D para o empreendimento, com vencimento em 11/05/22, outorga portaria nº 02594/17 com vencimento em 10/08/21 e sua respectiva AAF nº 05827/17 com vencimento em 18/08/21.

Foi apresentado o Requerimento de autorização de Pesquisa, na fase de Requerimento de Lavra para o titular Eduardo Cavaliere Guimarães Areal ME, nº 832.580/2003. O empreendimento já é detentor de um processo de regularização de intervenção ambiental sob nº 09040000072/18, com portaria de outorga nº 02594/17 e AAF nº 5827/17, não sendo necessária a apresentação de novo FCE. Em consulta ao IDE - Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o empreendimento não está localizado em área prioritária para conservação extrema.

7. Da Autorização para Intervenção Ambiental / Intervenção em Área de Preservação Permanente

A intervenção solicitada se refere a 2 pontos diferentes para passagem de tubulações de sucção e de recalque, totalizando uma área de 0,1103 ha. Nos locais onde serão instalados os pontos de sucção e recalque foi observado que não haverá necessidade de supressão de vegetação nativa para a passagem das tubulações. Estas serão instaladas em local com pastagem e uma pequena parte das tubulações passará sob dossel. Os pontos onde ocorrerão estas pequenas intervenções que serão autorizadas estão nas coordenadas: (AI=Área de Intervenção).

AI-1: UTM 23K: X=538211 e Y=7667849

AI-2: UTM 23K: X=538260 e Y=7667795, DATUM SIRGAS 2000.

8. Da Proposta Compensatória

Foi proposta uma área para compensação pela intervenção em Área de Preservação Permanente de 0,1919ha, situada nas coordenadas UTM Datum SIRGAS 2000, X=537849 e Y=7668072, ocupada por pastagem, destinada à recomposição da vegetação nativa, através do isolamento total para condução da regeneração natural. Esta área é contígua a área de recomposição obrigatória.

9. Dos Possíveis Impactos

- Suscetibilidade a erosão;
- Suscetibilidade a contaminação do curso d'água por óleos e graxas;
- Suscetibilidade ao aumento da turbidez da água.

10. Das Medidas Mitigadoras Propostas

- Manutenção periódica e preventiva dos equipamentos para evitar contaminação do curso d'água e solo;
- Acondicionamento e manuseio adequado de óleos e graxas;
- Separação do lixo;
- Não minerar próximo aos taludes;
- Promover a proteção da fauna local, não permitindo a caça em qualquer época;
- Fazer uso da caixa de sedimentação e realização da limpeza da mesma periodicamente.

11. Condicionantes:

- Não utilizar embarcação do tipo batelão;
- Construir bacias de decantação tricompartimentada;
- Manter a área de 4,5490 ha, já isolada destinada a recomposição obrigatória, segundo Lei Estadual 20.922/13;
- Respeitar 5m da calha regular para a dragagem (sucção e recalque);
- Apresentar relatório técnico-fotográfico anual comprovando a implementação das medidas mitigadoras, medidas de controle e compensatórias.
- Promover a recomposição da área de 0,1919 ha, proposta como medida compensatória. Prazo: 1 (um) ano.

12. Conclusão:

Esta equipe técnica sugere o deferimento da intervenção em Área de Preservação Permanente, para a instalação das tubulações, para o processo nº 09040000100/19, numa área de 0,1103 ha, desde que sejam implementadas as medidas mitigadoras propostas pelo Responsável Técnico, executadas as condicionantes propostas e o PTRF apresentado.

Das Medidas Mitigadoras Propostas

- Manutenção periódica e preventiva dos equipamentos para evitar contaminação do curso d'água e solo;
- Acondicionamento e manuseio adequado de óleos e graxas;
- Separação do lixo;
- Não minerar próximo aos taludes;
- Promover a proteção da fauna local, não permitindo a caça em qualquer época;
- Fazer uso da caixa de sedimentação e realização da limpeza da mesma periodicamente.

Condicionantes:

- Não utilizar embarcação do tipo batelão;
- Construir bacias de decantação tricompartimentada;
- Manter a área de 4,5490 ha, já isolada destinada a recomposição obrigatória, segundo Lei Estadual 20.922/13;
- Respeitar 5m da calha regular para a dragagem (sucção e recalque);
- Apresentar relatório técnico-fotográfico anual comprovando a implementação das medidas mitigadoras, medidas de controle e compensatórias.
- Promover a recomposição da área de 0,1919 ha, proposta como medida compensatória. Prazo: 1 (um) ano.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

RONALD GOMES DA SILVA - MASP: 11532181

CAROLINA ABREU - MASP: 1147788-2

14. DATA DA VISTORIA

sexta-feira, 10 de maio de 2019

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

PROCESSO Nº 09040000100/19

Requerente: Eduardo Cavaliere Guimarães – Areal - ME

CNPJ: 21.339.127/0001-00/Inscrição Estadual nº00245932400-85

Propriedade: Fazenda Coqueiros- Município Nazareno - MG

Matrícula 47.127, Livr. 2, Fls. 01, do CRI de SJDR/MG

Trata-se de requerimento de intervenção ambiental formalizado no Núcleo Regional de Regularização Ambiental – NAR de São João del Rei, para intervenção em 0,11,03 hectares, em área de preservação permanente sem supressão de cobertura de vegetação nativa, no imóvel rural denominado FAZENDA COQUEIROS - Matrícula 47127 livro 2 , do CRI da Comarca de São João del Rei/MG, área anteriormente autorizada por meio do DAIA 0035914-D.

A intervenção foi requerida pela firma Individual, Eduardo Cavaliere Guimarães – Areal - ME - CNPJ 21.339.127/0001-00.

Atendendo às determinações da Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº. 1905/2013, o responsável pela intervenção apresentou os documentos relacionados no item anterior (rol de documentos).

Em 20/05/2019, o presente processo fora encaminhado para realização de controle processual, tendo em vista que nos termos do Anexo III, os técnicos gestores foram pelo deferimento do pedido.

A intervenção ambiental requerida é disciplinada pela Resolução Conama nº 369/2006, que estabelece requisitos legais, para autorização de intervenção em área de Preservação Permanente com ou sem cobertura de vegetação nativa e Lei Federal nº 12.651/2012 e Lei Estadual nº 20.922/2013.

Para a intervenção pretendida, sem supressão de vegetação nativa, em área de preservação permanente o órgão ambiental

competente estabelecerá previamente à emissão da autorização, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, que deverão ser adotadas pelo requerente.

Considerando que as exigências legais, para aprovação da proposta de compensação, estão preconizadas na legislação vigente e deve ser feita por meio de recuperação de outra APP, localizada na mesma sub-bacia hidrográfica em que ocorreu a intervenção e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos Rios.

O CONAMA, editou a Resolução nº 429, de 28 de fevereiro de 2011 (Publicada no DOU nº 43, em 02/03/2011, pág. 76), que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs.

Nos termos do art.51, do Decreto Estadual nº 47.344/2018, o Núcleo de Apoio Regional – NAR – tem competência para analisar os requerimentos de autorização para intervenção ambiental, executando atividades técnicas e administrativas, com atribuições de acompanhar o cumprimento das compensações ambientais estabelecidas nos processos de intervenção ambiental, em sua área de abrangência e verificar o cumprimento das cláusulas dos Termos de Compromisso firmados pela respectiva URFBio no âmbito dos processos administrativos de competência do IEF.

A Lei Federal nº 12.651/2012, no Capítulo II - Das Áreas de Preservação Permanente, destinou a Seção II, para o Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente e estabeleceu no art. 8º, que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

A Lei Estadual nº 20.922/2013, nos termos do art. 3º, considera:

I– de utilidade pública:

(...)

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, as instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;

(...)

II– de interesse social:

(...)

f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente;

(...)

h) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual;

III– atividade eventual ou de baixo impacto ambiental:

(...)

m) outra ação ou atividade similar reconhecida como eventual e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente ou do Conselho Estadual de Política Ambiental –Copam.

O Artigo 8º da Lei Federal nº 12.651/2012 estabelece o requisito de autorização em área de preservação permanente.

Art. 8o A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei. (grifo nosso)

Como o empreendimento se encontra em área rural, imprescindível é a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos termos do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 /05/2012, como se vê:

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:

(...)

§ 3o Após a implantação do CAR, a supressão de novas áreas de floresta ou outras formas de vegetação nativa apenas será autorizada pelo órgão ambiental estadual integrante do Sisnama se o imóvel estiver inserido no mencionado cadastro, ressalvado o previsto no art. 30.

(...)

Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é, portanto, um registro eletrônico nacional obrigatório para todos os imóveis rurais e o mesmo foi apresentado pelo empreendedor (fls. 37 a 40).

O requerente efetuou a quitação das Custas de análise, por meio do DAE nº 1400441833110, valor de R\$457,45 (fl. 07).

A publicação do requerimento ocorreu em 27/04/2019, pag. 41 DOMG, nos termos da Lei Estadual 15.971/2006.

A emissão do DAIA não dispensa o cumprimento da compensação, outras autorizações e/ou outorgas necessárias a intervenção pretendida.

Portanto, sendo observados todos os requisitos para formalização do processo, obtendo parecer técnico favorável, assegurada a medida compensatória preconizada na legislação vigente, a intervenção requerida encontra amparo legal.

Medidas aprovadas tecnicamente, nos termos da legislação vigente, e asseguradas por meio de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental. (Parágrafo único, do art. 42 e incisos X e XI do art. 51, do Decreto nº 47.344/2018)

| |
|--|
| 16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO) |
|--|

ROSEMARY MARQUES VALENTE - 41057

| |
|----------------------------|
| 17. DATA DO PARECER |
|----------------------------|

terça-feira, 23 de julho de 2019